

NOSSA OPINIÃO

João Barbosa barra manobras de dois condenados do mensalão, José Dirceu e Ramon Hollerbach, para adiar o desfecho do processo

MANOBRAS BLOQUEADAS

O país é testemunha de que o princípio constitucional da ampla defesa foi um dos aspectos marcantes do julgamento da Ação Penal 470, que tratou do mensalão. Isso posto, não há dúvida sobre o acerto das decisões do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, ao barrar duas manobras protelatórias à publicação do acórdão (resultado) do julgamento.

A José Dirceu, apontado pela denúncia da Procuradoria-Geral da República e pelo próprio Joaquim Barbosa como chefe da quadrilha do mensalão, foi negado acesso aos votos escritos dos ministros sobre o julgamento do processo no qual foi condenado a 10 anos e 10 meses.

O presidente do Supremo argumentou de modo irrefutável: "Os votos proferidos quando do julgamento da Ação Penal 470 foram amplamente divulgados, e, inclusive, transmitidos pela TV Justiça. Além disso, todos os interessados no conteúdo da sessão pública do julgamento, em especial os réus e seus advogados, puderam assistir a ela pessoalmente no plenário desta corte". Assim, ruiu a desfaçatez embutida no pedido.

O ministro Joaquim Barbosa também negou a solicitação de Ramon Hollerbach, um dos sócios do empresário Marcos Valério, para que o prazo para apresentação de recursos (embargos de declaração) após a publicação do acórdão fosse estendido a 30 dias, não se limitando aos 5 dias previstos no regulamento do STF. A resposta do presidente do STF foi fulminante: "As partes que eventualmente pretendam opor embargos de declaração já poderiam tê-los preparado (ou iniciado a preparação) desde o final do ano passado, quando o julgamento se encerrou".

O objetivo dos réus, por meio dos seus advogados, era protelar o desfecho do julgamento do maior caso de corrupção da história política do país, mas isso não interessa à Justiça nem à sociedade. O desejo generalizado é que comece o quanto antes a execução penal de todos os mensaleiros condenados. Esse será o grande final da mais importante batalha judicial pela moralidade na prática política do país.



EU DIGO QUE...

"Neymar não é insubstituível e ele sabe disso"

Luiz Felipe Scolari Técnico da Seleção Brasileira, explicando que o atacante santista não é intocável na equipe

"Ele nunca teve namorada, mas falava palavrões"

María Elena Bergoglio Irmã do papa Francisco, desmentindo que o pontífice teria tido uma namorada quando jovem

Haroldo Corrêa Rocha

Ex-secretário estadual de Educação

A maior parte do aumento do investimento do Estado na educação foi direcionada aos professores, dando-lhes melhores condições de trabalho

A escola pública

Nos últimos dez anos, foi feita uma revolução silenciosa na escola pública estadual. Ficou para a história uma realidade que atormentava as famílias capixabas que tinham filhos matriculados nas escolas estaduais: baixo nível de investimento no sistema educacional; salários aviltantes e insatisfação dos professores, que realizavam longas paralisações para reivindicar melhorias salariais; prédios escolares desgastados pelo tempo e sem manutenção adequada; alimentação escolar fornecida apenas para o ensino fundamental, excluindo os alunos do ensino médio, etc. Todos esses aspectos, e muitos outros, foram radicalmente mudados para melhor no período de 2003 a 2012.

Na impossibilidade de abordar todos os aspectos relevantes para a melhoria da escola pública, vamos nos ater a dois: o investimento anual por aluno, que sinaliza a prioridade conferida à educação e as possibilidades de mudanças; e o nível salarial inicial dos professores, que indica a atratividade da carreira do magistério para jovens professores vocacionados, talentosos e preparados culturalmente para a função de educadores das futuras gerações.

Em 2003 o Estado investiu R\$ 1,1 mil por aluno da rede estadual, administrada pela Sedu. Este valor passou a R\$ 2,3 mil, em 2007, R\$ 3,9 mil, em 2010 e R\$ 4,4 mil, em 2012. Multiplicou-se por quatro o investimento por aluno. Temos atualmente um investimento mensal de R\$ 367,00, valor muito próximo das mensalidades das boas escolas particulares. No ano de 2010, realizou-se o maior investimento em educação, 30% do orçamento estadual.

A maior parte deste aumento de investimento foi direcionada para os professores, dando-lhes melhores condições de trabalho (formação continuada, computadores etc) e, principalmente, melhores salários. O salário inicial de um professor com nível superior (licenciatura), formação mínima exigida para entrar na carreira do magistério, e contrato de 25 horas, passou de R\$ 421, em 2003, para R\$ 1,2 mil, em 2007, R\$ 1,65 mil, em 2010 e 1,82 mil, em 2012. Os salários cresceram mais que o investimento por aluno, sinalizando a prioridade conferida aos professores.

Foi instituído ainda neste período um sistema de bonificação anual para os profissionais da educação estadual, sendo o bônus vinculado à melhoria da aprendizagem dos alunos.

A melhoria da escola pública é a mais importante faceta do Novo Espírito Santo, pois nos tempos atuais a maior riqueza que os pais e o Estado podem dar a seus filhos/cidadãos é o conhecimento.

HÁ 50 ANOS

FOTO: PROJETO ACERVO DIGITAL / WWW.AGENCIAAG.COM.BR



Congresso vota aumento do salário dos servidores

O chefe de Gabinete Civil da Presidência da República, sr. Evandro Lins e Silva, declarou ontem que a mensagem sobre o aumento de vencimentos do funcionalismo público da União estará amanhã mesmo, ou no mais tardar na quinta-feira, na Câmara dos Deputados para ser votada. Lins e Silva disse que a mensagem governamental está recebendo os retoques finais da assessoria.